

Pontes Sobre a Crise

O Brasil requer, com urgência, um conjunto de medidas e reformas que funcionarão como uma ponte sobre a crise econômica, institucional e política em que o país mergulhou. Não será fácil lançar seus alicerces, nem suportar seu peso. Deve a nação, e devem o governo e os partidos políticos, em particular, indagar como chegaremos ao fim do processo de elaboração da Constituição, de todo um conjunto de leis complementares e da própria transição democrática se, em lugar de uma sólida passagem para o futuro, tivermos pela frente um fosso, um vazio, um abismo de destruturação econômica e social.

Jovens democracias devem considerar natural o conflito intenso no Congresso, e o borbulhar das relações entre poderes. Brasileiros e brasileiras não estão questionando o que em outras nações, com instituições mais sólidas e antigas, e com melhor conhecimento de rotinas e caminhos para o cumprimento das leis, poderia ser considerado como passaporte para o casos. O que estamos assistindo aqui faz parte da nossa experiência democrática. O que é, porém, que não podemos consentir?

Nenhum partido, nenhuma ambição política, grupal ou pessoal, pode abstrair o fato de que uma inflação em marcha batida para estourar limites de 500% ao ano; um déficit público fora de controle, passando a representar 7% do PIB; e uma taxa de investimentos em queda livre dos 26% do PIB — a que já chegou — para pouco mais de 16%, conduzem a um atoleiro pelo qual não passaremos sem pontes muito bem edificadas.

Nações estruturadas em torno de partidos que se alternam no poder — como democratas e republicanos, nos Estados Unidos, ou conservadores e trabalhistas na Grã-Bretanha — aprenderam a arte do compromisso quando o que está em jogo é o interesse nacional. Nações com democracias princi-

pantes repetem experiências, como a que mergulhamos na Constituinte, em que os blocos se alternam, menos por coerência para com os interesses maiores do país e mais pelo jogo de forças que visa um passaporte para o mandato futuro e os privilégios do poder. Só que as dimensões da crise brasileira podem transformar esse passaporte em documento nulo.

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, está diante de responsabilidades cavaleares para lançar as pontes que viabilizarão o próprio processo de transição democrática, ou o tornarão menos tumultuado e de resultados menos dolorosos para as massas desempregadas e para os que não chegaram ao mercado de consumo, mantidos na pobreza absoluta, ou quase absoluta. Além e acima dos compromissos com carreiras políticas e ambições pessoais, deveria ser cimentado um mínimo de responsabilidade coletiva em torno do que se deve fazer para que o pontilhão não desabe, e o atoleiro torne a vida dos brasileiros ainda mais difícil.

O ministro da Fazenda tem uma visão nítida dos problemas, que se sintetizam em déficit público, ameaça de hiperinflação e paralisia nos investimentos produtivos. Todos sabem que não se chegará à contenção do déficit se o Estado e as estatais não entrarem com sua quota de sacrifício, e se a burocracia passar a existir como um fim em si mesma. As lideranças do PMDB não podem, dada a condição majoritária desse partido, se furtar à quota de sacrifício que implica apoiar medidas necessárias, ainda quando impopulares. Há um preço a pagar até mesmo para a volta à hegemonia que toda legenda ambiciona. Sem pontes para o futuro, o atoleiro, tornará frágil qualquer liderança que ocupe o governo quando se encerrar o mandato da administração atual.